

Morgan estima que créditos vão de US\$ 2 a 3 bilhões

Nova Iorque — O Morgan Guaranty Trust, um dos maiores credores do Brasil, previu esta semana, em Nova Iorque, que com o atual déficit em conta corrente reduzido, o Brasil deverá precisar apenas de 2 a 3 bilhões de dólares anuais em novos empréstimos, entre 1985 e 1987, o que significará um aumento de 3% no **exposure** dos grandes bancos no Brasil.

A previsão está no último número da publicação **World Financial Markets**, do Banco, que dedica todo o seu espaço à análise das políticas de estabilização no Brasil. Segundo o Morgan o próximo Governo deverá herdar um país caracterizado por "uma inflação muito alta, baixo crescimento econômico e uma situação melhorada em sua conta corrente e em suas reservas internacionais".

Pressões

O Morgan observa que "o novo Governo procurará mudar essa configuração da economia. Haverá pressões de vários grupos na sociedade para uma volta mais rápida a maiores níveis de crescimento". Mas o aumento do crescimento requer um aumento da poupança. "Uma dependência excessiva em financiamentos externos nessa fase não é possível nem desejável", observa o banco, lembrando que a dívida de 100 bilhões é três vezes e meio o valor do total das exportações brasileiras de bens e serviços.

Depois de lembrar que só o serviço da dívida neste ano (12,5 bilhões de dólares) consumiu mais de 40% da receita das exportações, a publicação do banco lembra que "há necessidade urgente de reduzir a magnitude dessa carga da dívida", reduzindo novos empréstimos e aumentando as exportações. Se os brasileiros conseguirem um crescimento de 4% a 6% na economia num novo Governo deverá atacar acima de tudo o problema fiscal.

"A absorção pelo setor público de praticamente toda a poupança privada externa deve ser reduzida em níveis de 2% a 3% do Produto Nacional Bruto por ano", observa o Morgan, "de forma que esses recursos possam ser liberados para favorecer a expansão econômica". Mesmo isso — lembra — não funcionará a não ser que o setor privado tenha disposição para pôr esses recursos para funcionar.

A sugestão do banco é a abertura do capital através da bolsa, ou de **joint ventures** com empresas locais ou estrangeiras de empresas como a Usiminas, Cobra e Siderúrgica Tubarão. A publicação lembra que "numa extensão limitada" a abertura do capital acionário já é adotada pela Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce e Banco do Brasil.

A análise do banco é bastante ampla e toca até no problema da aposentadoria classificando como "liberal demais" a atual política de aposentar aos 35 anos de serviço. Citando uma pesquisa recente, o banco afirma que 60% dos aposentados começaram a receber benefícios na idade de 55 anos e "esperam continuar a recebê-los por mais 20 anos".

Se, para os aposentados, a análise do banco não oferece boas coisas, para os assalariados e contribuintes as perspectivas parecem melhores. "Nem o aumento de impostos nem a contenção de salários têm muito futuro", lembra Morgan.

Depois de lembrar que a contenção salarial já deu o que tinha que dar, o estudo lembra que a redução dos salários das camadas mais qualificadas poderá levar, no setor público, à evasão dos quadros mais preparados. "uma legislação trabalhista deveria permitir a livre negociação coletiva dos salários no setor privado e, nas estatais, o direito a níveis de compensação de acordo com a lucratividade, além de garantir aos servidores públicos aumentos compatíveis com a inflação.

Remessa de lucros

Segundo o Morgan, o Brasil deverá alcançar e manter superávits de sua balança comercial de 15 bilhões de dólares no final da década, o que deverá reduzir o déficit em contacorrente para cerca de 3 bilhões por ano. Assim, a relação entre a dívida externa e as exportações poderá cair dos atuais 350% para 250% ou até 200% no final da década.

Depois de estipular que o Brasil só deverá precisar de 2 a 3 bilhões de novos recursos por ano, afirma que "muito desse novo dinheiro poderá provir de co-financiamentos com o Banco Mundial".